

## INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, EDUARDO FERRO RODRIGUES

Sejam bem-vindos à Assembleia da República, casa de Democracia e Direitos Humanos.

No próximo dia 10 de dezembro comemoram-se os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, através da qual a comunidade internacional se comprometeu com a promoção do multilateralismo, da cooperação, da paz e da democracia.

Hoje reunimo-nos na Assembleia da República para celebrar os 40 anos da Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Uma Convenção que tem como referência a Declaração Universal e que tem como garante da sua execução o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Assim sabem os cidadãos dos Estados signatários que têm os seus direitos individuais protegidos.

Ao aderir à Convenção, há quarenta anos Portugal virava formalmente a página do isolamento internacional, assumindo-se como uma democracia europeia, solidária e aberta ao mundo.

E quero aqui recordar neste dia o papel desempenhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros José Medeiros Ferreira, uma personalidade ímpar da nossa história contemporânea.

Em 1978, o tempo de má memória do orgulhosamente sós ficava assim definitivamente para trás.

Hoje sabemos que é através da partilha de soberania na União Europeia, através da cooperação internacional no quadro multilateral das Nações Unidas que promovemos a segurança e o desenvolvimento do nosso país, e que contribuímos para a paz e a democracia no mundo.

Quero aqui saudar a Ordem dos Advogados e o Ministério da Justiça por se terem lembrado desta iniciativa que hoje nos junta; e quero saudar

muito em particular, na pessoa do Professor Vital Moreira, as Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal e dos 40 anos da adesão à Convenção Europeia.

Nem todos os países estão a assinalar devidamente estes 70 anos da declaração Universal. Será porventura um sinal dos tempos...

É bom que através de uma Resolução do Conselho de Ministros o Governo português tenha tornado possíveis estas comemorações. Em particular neste tempo em que vivemos. Tempos manifestamente mais sombrios para a causa da democracia e dos direitos humanos.

Se na sequência da queda do muro de Berlim, a universalização da democracia e dos direitos humanos parecia o destino incontornável da humanidade, não há dúvida que desde o início do século XXI temos assistido a um refluxo na qualidade das democracias e na proteção dos direitos humanos, por vezes onde menos se esperava.

É mais uma demonstração da necessidade de nunca considerarmos a democracia e os direitos humanos como dados adquiridos. Não são a regra na história da humanidade e para que não se tornem um curto intervalo histórico têm de ser promovidos e alimentados diariamente.

Daí a importância destas comemorações, às quais a Assembleia da República se associou desde o primeiro momento.

Teremos aqui no dia 10 de dezembro um dia dos direitos humanos que será este ano um dia especial por se tratar do dia em que a Declaração faz precisamente 70 anos.

Estas comemorações presididas pelo Professor Vital Moreira, além das conferências e das publicações, são marcadas por uma atenção especial à formação de professores e à divulgação dos direitos humanos junto dos mais jovens, com recurso a novas tecnologias, plataformas multimédia e a atividades lúdicas.

Julgo que isto é da maior importância, pois é assim que vamos passando mais facilmente o testemunho dos Direitos Humanos entre diferentes gerações.